

## **Ações afirmativas na universidade pública brasileira: (uma) resposta inclusiva às exclusões**

**Tania Maria de Castro Carvalho Netto<sup>1</sup>**

**Marcia Souto Maior Mourão Sá<sup>2</sup>**

Triste de quem vive em casa.  
Contente com o seu lar,  
Sem que um sonho, no erguer de asa.  
Faça até mais rubra, a brasa  
Da lareira abandonar!  
(Fernando Pessoa – Os Symbolos)

---

<sup>1</sup> Professora-Adjunto da Faculdade de Educação e Coordenadora de Programas, Projetos e Publicações de Extensão da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

<sup>2</sup> Professora-Adjunto da Faculdade de Educação e Diretora do Departamento de Ensino de Graduação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Políticas de ação afirmativa no Brasil, direcionadas ou não para a população negra, são uma fonte de dissenso e geram discussões apaixonadas em duas posições antagônicas no que diz respeito ao acesso às universidades públicas: pró-cotas e contra-cotas. Assim é, não existe grupo do meio e nem nenhuma posição de neutralidade em relação à adoção dessas medidas na sociedade e mesmo no interior das universidades públicas.

No caso da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, a Lei que cria a Reserva de Vagas não foi desejada pelo corpo docente dessa casa, mas criada pelo ex-governador do Estado visando sua eleição como candidato à presidência do país. Mesmo assim, o grupo pró-cotas da universidade recebeu de bom grado a lei e os alunos-cotistas negros e oriundos de escolas da rede pública que antes não conseguiam ingressar em cursos considerados “nobres” como: Medicina, Odontologia, Desenho Industrial e Direito, que por serem mais disputados por alunos pertencentes às camadas médias e altas da população fluminense, mantém uma relação candidato/vaga bastante alta. Contudo, cursos universitários da área de Educação e Humanidades sempre receberam alunos trabalhadores e pobres desde a criação da universidade, embora esse percentual tenha se elevado com a adoção da reserva de vagas.

Este texto trata também da recém trajetória desse aluno-cotista na universidade no curso de Pedagogia — nosso espaço de docência — e de ações afirmativas no interior da universidade, visando a permanência desse aluno até sua graduação.

Como já dissemos, o agitado debate social que envolve o Vestibular da Universidade do Estado do Rio de Janeiro com seu sistema de reserva de vagas para negros, índios, portadores de deficiências e alunos da rede pública, guardadas às devidas proporções, tem sido de grande valia por estar submetendo ao crivo da sociedade brasileira, questões até então convenientemente disfarçadas pelo mito da democracia racial em nosso país. Assim, racializar questões jurídicas — afirmação do direito ao acesso a níveis superiores de instrução — tem se apresentado, a nosso ver, como possibilidade de enfrentar e, quem sabe, superar desigualdades sociais em uma sociedade que guarda na memória presente seu passado escravagista.

Até então, o direito brasileiro, desde os debates abolicionistas, não precisou se ocupar de questões dessa natureza e, como afirma Abreu (2003):

*O que importa é que a liberdade e a igualdade sempre foram um tema espinhoso para o Estado e seus aparelhos ideológicos. Portanto, um país profundamente ligado aos direitos individuais e, pouco afeto aos direitos de natureza coletiva ou difusa, resiste em aplicar políticas públicas que envolvam problemáticas de cunho racial ou de gênero (p. 18).*

Outra questão espinhosa que faz acirrar o debate entre os grupos pró e contra cotas é a meritocracia, que no interior da universidade logo se transforma em mérito acadêmico. Os opositores das políticas de ação afirmativa desconsideram a construção do saber partilhada com segmentos historicamente desprivilegiados (alunos-cotistas), insistindo que tais saberes não possuem nem valor e nem utilidade dentro da universidade, embora seus textos acadêmicos puguem o multiculturalismo e o pluralismo étnico-racial. Esse mesmo grupo resiste à presença desses alunos dentro da Academia, fazendo questão de ignorar a diversidade, mantendo suas mesmas práticas de ensino e, segundo os cotistas sendo bem mais exigentes na avaliação de suas turmas. Em outras palavras, o poder da docência é usado, para com este segmento, com todo o seu rigor.

De forma bastante transparente, os dados relativos à presença de negros nos cargos de prestígio político, nas universidades públicas brasileiras, de um modo geral e em especial no caso da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, revelam a distância entre brancos e negros. Isto porque o tão propagado mito da democracia racial fica invalidado ao analisarmos, primeiramente, como se dá o acesso às posições de prestígio social (que é o caso da universidade). E, em um segundo momento, quando analisamos os dados desta presença nas posições econômicas de prestígio e poder.

A bem da verdade, na sociedade brasileira, a classe média (na qual estão incluídos os professores universitários) mantém pouquíssimas relações sociais com negros pertencentes ao seu mesmo extrato. Assim, os contatos entre brancos e negros ficam quase que resumidos a uma posição de subalternidade dos últimos: empregadas domésticas, porteiros, vendedores ambulantes etc.

Cabe ressaltar que em nossa jovem universidade — a UERJ — contando apenas com cinquenta três anos de existência, encontramos um número ainda bastante reduzido de

professores negros em todas as suas 29 unidades acadêmicas, assim como a quantidade de funcionários técnico-administrativos, com nível superior.

Se olharmos para o número de docentes – mulheres negras, os dados são ainda mais reveladores. O grupo de professoras negras é significativamente menor do que o de professoras brancas. Quando analisamos a titulação desse contingente vemos que os dados nos mostram uma disparidade bem maior.

Quanto à pirâmide de cargos de poder, nesta casa universitária, também é possível afirmar que a ocupação desses espaços revela-se esbranquiçada. Tanto homens como mulheres negras permanecem distantes dos assentos destinados aos cargos majoritários. Uma das formas que contribuiu para romper com esta tradição secular foi a eleição direta para cargos universitários. Mesmo assim permanecemos, até os dias atuais, sem que qualquer homem ou mulher, docente e negro concorresse, por exemplo, ao cargo de Reitor ou de Vice-reitor da UERJ.

Porém, podemos dizer que foram essas mesmas eleições, no interior da universidade, que permitiram que alguns professores(as) se candidatassem a postos de prestígio e poder acadêmico, neste cenário. Já é possível encontrar negros(as), escolhidos pela comunidade acadêmica, para o cargo de Diretores de Unidades e de Centros Setoriais.

Quanto à ocupação de cargos comissionados, de nível superior — por indicação da Administração Central da universidade — o número de homens e de mulheres, *de cor*, tem aumentado, porém ainda permanece menor em relação àqueles “destinados” aos brancos.

No segmento de funcionários técnico-administrativos, com escolaridade em nível médio, esta situação “parece” estar equalizada: há um aparente equilíbrio do número de homens e mulheres negros pertencentes a este quadro. Já no contingente de funcionários com escolarização de nível fundamental, o número de negros(as) é superior ao de brancos(as), o mesmo acontecendo com a população de funcionários terceirizados.

Em relação aos alunos(as) que ingressaram na universidade através da Reserva de Vagas verificamos que o número de alunas-cotistas é superior ao de alunos desse mesmo grupo. Há implicações bastante sérias decorrentes deste fato, como por exemplo, a jornada de trabalho feminina, dentro e fora do lar, concomitante com a frequência às aulas e suas tarefas de estudo. Embora o mundo do trabalho tenha se modernizado, ainda cabe à mulher, de um modo geral, os serviços domésticos, a assistência e os cuidados com os filhos. Neste

contexto é evidente que a carga de esforço que as alunas-cotistas precisam empreender para levar a bom termo as carreiras escolhidas é significativamente alto, implicando mesmo em muitas renúncias.

Ao nos debruçarmos na análise desses dados verificamos, mais uma vez, que a *supremacia branca* se faz presente no interior da universidade impondo, desse modo, sua própria lei de Reserva de Vagas.

Da mesma maneira que pudemos enxergar esse quadro no nosso cotidiano universitário, os alunos-cotistas também o enxergam. E muito mais rápido do que nós, que já o naturalizamos. Tanto é assim, que muitos deles nos procuram solicitando vagas para empregos dentro da universidade – para o mesmo serviço que eles vêm ser executados por negros(as), tais como: servir cafezinhos e serviços de escritório e de limpeza, bem como de entregadores de documentos ou ascensorista.

Triste de quem é feliz!  
Vive por que a vida é dura.  
Nada na alma lhe diz  
Mas que a lição da raiz –  
Ter por vida a sepultura.

Conseguimos enxergar para além dos muros da universidade, como educadoras que somos, que a questão da meritocracia que tanto ofende ao grupo contra-cotas, não é de todo injusta com os cotistas, pois aponta para o abandono da rede pública, no que tange ao ensino básico (fundamental e Médio) pelo Estado. Abandono esse que tem sido denunciado pela maioria dos educadores brasileiros há anos, e mais especificamente no Estado do Rio de Janeiro, nas últimas décadas.

A nosso ver, claro está, que a Lei de Reserva de Vagas não seria necessária se as políticas públicas destinadas a estes níveis de ensino tivessem como preocupação central à adoção de um projeto tecnicamente competente e politicamente comprometido com a Educação Inclusiva nas escolas da rede pública.

No momento, porém, em que o Estado ao contrário do que se esperava após o retorno da democracia a nosso país decidiu reduzir o seu compromisso social e político com as universidades públicas e com a educação em geral, convertendo esta em um bem que,

sendo público, não é assegurado pelo Estado, como no texto constitucional, tanto a universidade quanto o Ensino Fundamental automaticamente entraram em crise evidenciando o desmantelamento de ambos. Crise esta que gestada no ventre da ditadura perpetuou-se e projetou-se para os dias atuais provocando incalculáveis prejuízos ao campo educacional, em todos os seus segmentos, especialmente no tocante a escolarização básica. Ou, nas palavras de Boaventura de Sousa Santos (2004):

*A perda de prioridade na universidade pública nas políticas públicas do Estado foi, antes de mais, o resultado da perda geral de prioridade das políticas sociais (educação, saúde, previdência) induzida pelo modelo de desenvolvimento econômico conhecido por neo-liberalismo ou globalização neo-liberal que a partir da década de 1980, se impôs internacionalmente (pp. 15-16)*

Trazendo a reflexão de Boaventura para uma análise de nossa realidade, podemos constatar que o modelo de governo adotado pelo Estado, no Rio de Janeiro, tem priorizado ações sociais imediatistas, conforme convém à sua face populista: refeições, hotéis, cabeleireiros, farmácias, cafés-da-manhã etc a “um real”.

Eras sobre eras se somem  
No tempo que eras vem  
Ser descontente é ser homem.  
Que as forças cegas se domem  
Pela visão que a alma tem!

Como somos *incompetentes* para fazer *a universidade de um real*, ficamos duplamente excluídos, tanto no que tange ao orçamento público para administrarmos nossa universidade, como em relação às políticas públicas para educação que permanecem eleitoreiras, desvinculadas das reais necessidades para construção da plena cidadania.

Até aqui estamos falando do lugar que ocupamos como docentes e pesquisadoras, críticas dessa situação perversa que envolve a todos que têm, como compromisso político, participar da formação de cidadãos, construída dentro e fora. dos espaços escolares. Porém, não somos os únicos e nem os principais atores deste cenário. Como afirmamos no nosso resumo, queremos dar voz e vez aos cotistas da nossa universidade, principais protagonistas desta história.

E porque lhes dar autoria?

Porque sua licença, além de poética é sócio-histórica.

E assim, passado os quatro  
Tempos de ser que sonhou.

A terra será teatro  
No dia claro, que no atro  
Da erma noite começou.

Sendo assim, nossos atores-cotistas, mais do que nos revelar sua coragem para enfrentar os desafios do cotidiano universitário, tem-nos mostrado qual o melhor caminho a ser trilhado em termos de criação de práticas pedagógicas afirmativas dentro da universidade.

Seus depoimentos são tão contundentes quanto suas histórias de vida, até porque é nelas que se amparam para fazerem esta travessia. Afinal, como diz nosso poeta Caetano Veloso, *cada um sabe a dor e a delícia de ser o que é...*

Uma primeira categoria de depoimentos centra-se na questão da condição sócio-econômica, da dureza do cotidiano de vida que, agora, acrescido da responsabilidade de vir à universidade todos os dias, representa mais um fardo no quase inexistente orçamento doméstico. Como podemos registrar na seguinte fala:

*Parece que a universidade não quer mesmo “ver” os cotistas: somos todos trabalhadores, lutamos muito para entrar aqui e continuamos lutando para permanecer. Sabe, professora, além do cansaço, não temos dinheiro para uma alimentação adequada e a universidade não oferece um bandejão<sup>3</sup>. Também não temos dinheiro para xerox e nem para comprar computador. Assim, o nosso sonho é muito grande e não sei se as nossas dificuldades não acabarão por ser maiores do que nós.*

No tocante às categorias discriminação social e mérito acadêmico, assim podemos reescrevê-las:

---

<sup>3</sup> O termo *bandejão* refere-se ao restaurante universitário que fornece refeições a preços populares.

*Sinto que nossos colegas não-cotistas, às vezes, nos olham de maneira diferente. Não sei porque isto. Parece até que somos Ets ou que não merecíamos estar aqui. Mas nós chegamos aqui por mérito, através de um vestibular, mas como a pontuação é menor do que a deles, eles pensam que valem mais. Em algumas situações também sentimos isso por parte dos professores. Ou cobram demais, esquecendo que o tempo que temos para estudo é pouco, ou são indiferentes. Qualquer das duas atitudes é sempre muito ruim para nós.*

*Eu penso que há um pouco de discriminação entre nós mesmos. Tem gente que só quer trabalhar no mesmo grupinho e tem alguns cotistas que ficam mais separados ou em outros grupos.*

*Professora, sabe de uma coisa, a moça no ônibus me viu com a pasta da universidade e me disse: Quem diria que uma negra chegaria lá dentro! Só com as cotas mesmo!*

Uma última categoria que se depreende das falas dos cotistas pode ser batizada de tempo de estudo.

*O que podemos perceber é que por mais que a gente se esforce e arranje tempo onde não existe, nunca conseguimos estudar o suficiente. Não conseguimos estudar do mesmo jeito que os outros alunos, os não-cotistas. O resultado disso é que quando chega a hora dos trabalhos que o professor passa, a nossa nota é sempre a mais baixa, quando não ficamos em prova final ou somos reprovados.*

Todas as falas aqui reunidas em categorias apontam para várias dimensões da realidade educacional e social deste grupo de protagonistas. Salta aos olhos as diferentes trajetórias de escolarização que separam cotistas e não-cotistas, sendo que para o primeiro conjunto, a diferença é negativa. Já para o segundo reafirma a condição sócio-econômica de seu pertencimento, agora evidenciada dentro da universidade em desempenhos acadêmicos diferenciados.



Sabemos que reprovações escolares geram evasão, além de sentimentos de menor-valia explicitados pelo fracasso e pela desilusão. Na tentativa de romper com este ciclo perverso e viciado que políticas populistas gestam no interior da universidade (e fora dela) e, ainda, em suas populações desprivilegiadas economicamente, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro tomou a si o desafio de criar um **Programa Acadêmico – PROINICIAR** – estruturado em três eixos de ação: disciplinas instrumentais, oficinas e atividades culturais. Com esta proposta inovadora pretende-se criar as condições indispensáveis à permanência dos alunos-cotistas em nossa universidade. Pois sabemos que, para além das aulas teóricas, cabe, a todo e qualquer aluno, um tempo de aprendizado criativo, singular e autônomo.

Não é possível concluir este trabalho, a quatro mãos e muitas vozes, sem recorrer, como fizemos desde o início, aos preciosos interlocutores Ferreira Gullar, cidadão brasileiro, e Fernando Pessoa, cidadão português, que com seus poemas reafirmaram o sonho e a esperança, também presentes em nossos alunos-cotistas, a quem dedicamos o texto.

*No mundo há muitas armadilhas  
e o que é armadilha pode ser refúgio  
e o que é refúgio pode ser armadilha.*

*...Estás preso à vida como numa jaula.  
Estamos todos presos  
nesta jaula que Gagárin foi o primeiro a ver  
de fora e nos dizer: é azul.*

*O certo é que nesta jaula há os que têm  
e os que não têm  
há os que têm tanto que sozinhos poderiam  
alimentar a cidade  
e os que não têm para o almoço de hoje.*

(...) *Há muitas armadilhas no mundo e é preciso quebrá-las.*

(Gullar, *No mundo há muitas armadilhas*, 1997)

Eis a travessia que temos a fazer. De um lado a universidade diante deste desafio político- pedagógico. Do outro, mas não em oposição, os alunos das cotas, a esperarem de si mesmos e de nós uma resposta que permita, a ambos, saírem bem sucedidos nesta tarefa.

Recorreremos, enfim, às metáforas para alinhavarmos o final do nosso texto.

Estamos todos diante de uma grande travessia.

A metodologia por nós utilizada apontou, através das falas e dos dizeres desses novos atores da cena universitária, que temos que velejar, com todo cuidado, buscando sempre as melhores rotas para ultrapassarmos os desafios citados por nossos alunos-cotistas.

Que esta travessia permita, a ambos os envolvidos, segurar o leme nas melhores direções, transpondo juntos os cabos das tormentas que, por ventura, possam aparecer no caminho. Esta a certeza que temos de chegar ao porto seguro, que garantirá, por fim, a realização de nosso sonho: aportar com sucesso na terra, não mais à vista, mas conquistada através de nossos investimentos e esforços.

### **Referências Bibliográficas:**

ABREU, Sérgio. *Caderno de Graduação*. Registros das palestras do Evento: A Autonomia Universitária e a Política de Ações Afirmativas. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Sub-Reitoria de Graduação, v.7, Setembro 2003.

DELIBERAÇÃO Nº. 043/2004, *Institui o Programa de Iniciação Acadêmica dos Cursos de Graduação – PROINICIAR*. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2004.

GULLAR, Ferreira. *Toda poesia*. 6. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1997.

PESSOA, Fernando. *O eu profundo e os outros eus: seleção poética*. 6 ed., Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1978.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A Universidade no Século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade*. São Paulo: Cortez, 2004. – (Coleção questões de nossa época; v. 120).

